

CAPÍTULO 10. Conclusões e propostas

“Chaque sépulture possède son histoire propre. Cette histoire se décompose en trois étapes. Le fonctionnement originel, tel que l’avaient planifié les constructeurs, retient naturellement l’attention ; cependant il est souvent impossible de l’appréhender. Les fréquentations ultérieures brouillent les traces de la première occupation (...) la fouille constitue la dernière étape.»

(Mohen e Scarre, 2002: 142)

10.1. O contributo dos dados de Manuel Heleno: uma síntese provisória

Quando iniciei este trabalho, ao abrir pela primeira vez os *Cadernos de Campo* de Manuel Heleno, fi-lo com a esperança, embora contida, de encontrar neles, não a chave definitiva para a génese e evolução do megalitismo alentejano, mas, pelo menos, um contributo sólido nesse sentido.

Rapidamente, a ilusão se desvaneceu. Na verdade, o próprio Manuel Heleno, embora convencido, como, aliás, a maior parte de nós, de que estava perante uma evolução arquitectónica – do mais simples para o mais complexo – cedo se apercebeu de que não se tratava de um processo linear e que não bastava datar os artefactos a partir de um quadro tipológico evolutivo das arquitecturas, ou vice-versa.

Depois de Manuel Heleno, o problema, em vez de ser ultrapassado, à medida que se alargava a base de dados de referência e se obtinham datas radiocarbónicas e análises estratigráficas mais atentas, complicou-se.

Como balanço final desta análise, em que procurei encarar de frente as discrepâncias observadas, apresento, no ponto seguinte, um esboço de modelo interpretativo que pretende integrar, em traços gerais, essas supostas anomalias.

Antes disso, importa rever os principais contributos deste conjunto de dados, à luz de um enquadramento regional que não esgota, nem isso foi pretendido, o potencial informativo que ele efectivamente contém.

Os traços peculiares desta área megalítica não foram, em geral, discernidos por Manuel Heleno, uma vez que, nessa altura, os dados disponíveis não permitiam ainda exercícios comparativos com outras áreas da região; Pavia, a única excepção digna de nota, insere-se, naturalmente, no mesmo contexto geográfico.

Esta especificidade manifesta-se, por exemplo, na abundância relativa de sepulturas megalíticas, sem outros paralelos na região alentejana, onde as antas de corredor constituem, virtualmente, a quase totalidade dos monumentos.

Manuel Heleno procurou, como se viu, explicar este facto com base na proximidade geográfica em relação ao território dos concheiros do Tejo, de onde seriam directamente provenientes os primeiros construtores das sepulturas mais simples. A reforçar esta filiação, teríamos os artefactos mais arcaizantes, representados pelos micrólitos geométricos.

É claro que um tal modelo nos parece hoje um *by-pass*, uma vez que contorna a questão da presença, sobejamente confirmada, de uma ocupação do Neolítico antigo, no Alentejo Central (Calado e Rocha, 1996; Gonçalves, 2002a; Diniz, 2003; Calado, 2004b). Seria de esperar, numa perspectiva igualmente indigenista, mas muito mais linear, que fossem essas primeiras comunidades neolíticas as eventuais descendentes directas das populações dos concheiros; as primeiras sepulturas megalíticas teriam sido, nesta óptica, o resultado da expansão, a partir de um núcleo original, localizado nos arredores de Évora, numa fase em que as cerâmicas decoradas teriam já entrado em acentuado declínio (Calado, 2004).

No entanto, talvez seja possível conciliar estas duas hipóteses, sobretudo se aceitarmos, como alguns dados sugerem, uma sobrevivência dos últimos caçadores-recolectores até um momento relativamente avançado do Neolítico regional.

Haveria, nesta alternativa, duas fases de neolitização do Alentejo Central, ambas alimentadas, em termos démicos, pela população dos concheiros mesolíticos: uma, algures na segunda metade do 6º milénio a.C., de que teria resultado a construção de menires e a fundação de povoados com cerâmicas impressas, cujo epicentro se localizaria, sobretudo, entre Évora e Reguengos de Monsaraz e que teria coexistido, durante alguns séculos, com os concheiros; a outra, em meados do milénio seguinte, que corresponderia ao esvaziamento definitivo dos territórios estuarinos e à entrada de novos rituais funerários, a par das cerâmicas lisas.

Entre as sepulturas megalíticas escavadas por Manuel Heleno parece, por outro lado, desenhar-se uma personalidade própria, também no que diz respeito à orientação das aberturas; de facto, apesar de, na maior parte dos casos, não ter sido possível confirmar as anomalias detectadas, parece haver aqui desvios a um padrão de que, nas restantes áreas do Alentejo Central, não se conhecem outras excepções (Hoskin e

Calado, 1998); a mesma norma (orientação para nascente/sul) foi atestada em relação à maior parte dos menires e conjuntos de menires da região (da Silva e Calado, 2003; Alvim, 2004; Calado, 2004).

Por outro lado, a acentuada variabilidade relativa das arquitecturas evoluídas também não foi contrastada, por Manuel Heleno, com o panorama das outras áreas regionais, pelas mesmas razões acima apontadas.

Porém, a comparação com os conjuntos melhor estudados – a bacia do Sever e o território “megalítico” de Reguengos de Monsaraz – permite detectar algumas anomalias, nomeadamente no que diz respeito ao número de esteios nas câmaras das antas que, por exemplo, na bacia do Sever, são invariavelmente sete, ou a certas soluções pouco comuns, em termos planimétricos.

Esta variabilidade poderia, como tem sido sugerido, remeter para diferenças cronológicas, relacionáveis, de algum modo, com a presença diferencial de sepulturas megalíticas e que as datas até agora obtidas para a área de Reguengos de Monsaraz, todas muito recentes (Gonçalves, 2003d), poderiam, eventualmente, corroborar.

Na verdade, apesar das reticências, porventura justificadas (Gonçalves e Sousa, 1997, 2000; Soares, 1996), sobre as séries de datações disponíveis para o Norte do país (Jorge, 1985, 1993; Cruz, 1992, 2001), estas apontam persistentemente para a segunda metade do 5º milénio a. C, datas que, por enquanto, não existem no Alentejo, isto se excluirmos desta apreciação, as datas de Termoluminescência (TL) (Whittle e Arnaud, 1975) que, até hoje, não foram confirmadas por outros métodos.

Note-se que, se contornarmos, para Norte, as costas da fachada atlântica europeia, encontramos datas, sobretudo na Bretanha, substancialmente mais antigas, tanto para as arquitecturas simples, como para os dólmens de corredor (Giot *et al.*, 1998; Boujot e Cassen, 1999; Cassen *et al.*, 2000; Mohen e Scarre, 2002). Na própria Cantábria, onde a investigação em torno das origens do megalitismo funerário, tem tido, como termos de referência, as últimas sociedades mesolíticas regionais (Arias Cabal, 1991, 1997, 1999; Arias Cabal *et al.*, 2000; Blas Cortina, 2000), existem actualmente datas, aparentemente indiscutíveis, para a segunda metade do 5º milénio a.C.

Neste quadro, poderia inverter-se o sentido geral das cronologias relativas, inspiradas directa ou indirectamente em Manuel Heleno: em vez de uma antiguidade maior e de uma origem puramente local, as sepulturas megalíticas alentejanas e, numa segunda fase, as antas, corresponderiam a influências chegadas, em última análise, da

Bretanha, e que, ao contrário do que Manuel Calado propõe para os menires (Calado, 2004b), poderiam ter sido filtradas por contactos intermédios. O papel dos últimos mesolíticos na chegada dessas novas modalidades rituais, perderia, nesta óptica, muito do protagonismo que Heleno lhes quis outorgar.

Destaca-se, por último, a presença – não confirmada – de restos de pintura em alguns raros monumentos desta área, sem paralelos conhecidos no Sul do país.



Fig. 10.1. Esteio pintado da anta B do Paço (Foto de Manuel Heleno)

Juntamente com as pontas de seta com espigão e de base convexa, este é um elemento que sugere a existência de um eixo longitudinal, ainda que ténue, ligando esta área com outras áreas megalíticas do Norte de Portugal e Galiza, onde a pintura é, por assim dizer, rotineira.

A questão dos *tholoi* escapou completamente, como se viu, às investigações de Manuel Heleno, apesar das múltiplas referências que foi fazendo, nos *Cadernos*, aos trabalhos de Estácio da Veiga; no entanto, alguns indícios sugerem que estamos aqui na periferia da área de dispersão destes monumentos, cuja vinculação ao Sul peninsular, em sentido amplo, está hoje bem assente.

Como vimos, não é certo que Manuel Heleno tenha escolhido, de forma intencional, estudar duas áreas, geograficamente discretas, em que os monumentos foram construídos, respectivamente, em granito e em xisto, uma vez que, no seu discurso, não parece ter dado grande relevo a essas diferenças.

No que diz respeito às antas de corredor, Manuel Heleno teve, efectivamente, oportunidade de observar monumentos, feitos em xisto, cuja monumentalidade os aproxima indiscutivelmente dos congéneres em granito.

Em contrapartida, no que toca às sepulturas megalíticas, os dados de Manuel Heleno ter-lhe-iam permitido, de facto, identificar algumas diferenças que vão ao encontro das observações, feitas nos últimos anos, no Nordeste alentejano e nas áreas espanholas limítrofes (Bueno Ramirez, 1989, 1994; Oliveira, 1998b; Bueno Ramirez *et al.*, 2000).

Parece, de facto, que se constroem ainda sepulturas sem corredor, nas áreas de xisto, quando, nas de granito, os mesmos modelos estariam já em desuso. As placas de xisto e as pontas de seta da Talha 1, por exemplo, não têm paralelos em nenhuma das sepulturas de granito; pelo contrário, em antas de corredor curto, como a do Poço da Gateira 1, em Reguengos de Monsaraz, não ocorrem ainda esses artefactos.

É preciso, talvez, recordar as profundas diferenças observadas, no Alentejo Central, quando comparamos o povoamento Neolítico e Calcolítico das áreas de xisto, com o das de granito.

Com efeito, os povoados de ar livre do Neolítico antigo da região (tal como os menires) relacionam-se, de uma forma quase exclusiva, com as paisagens graníticas, enquanto o povoamento do Neolítico final parece restringir-se, por agora, aos granitos e, sobretudo, aos solos detríticos, com potencial agrícola relevante (Calado, 2002b, 2004c).

Nos xistos, quase sem excepções, ocorrem apenas os povoados calcolíticos, presentes, aliás, em todos os contextos geológicos da região.

Estas observações, assentes em prospecções muito intensivas, desenvolvidas nos últimos anos, sugerem uma prioridade na ocupação dos terrenos graníticos e uma expansão tardia, eventualmente resultante de um crescimento demográfico, ávido de espaço; convém recordar, neste capítulo, o potencial agrícola muito mais reduzido das áreas xistosas, que explicaria, como se tem defendido para a bacia do Sever, a pobreza relativa das arquitecturas e dos espólios dos monumentos de xisto (Oliveira, 1998b).

Por outro lado, apesar das referidas excepções, é, frequentemente, muito mais difícil obter lajes de grandes dimensões nos terrenos xistosos do que nos granitos: as arquitecturas adaptam-se, naturalmente, aos condicionalismos técnicos impostos pela matéria-prima.

Posto isto, as semelhanças arquitectónicas entre alguns dos pequenos monumentos de xisto e as sepulturas megalíticas dos granitos não implicam, necessariamente, sincronismos.

Por outro lado, o panorama actual relativo ao povoamento do Neolítico antigo, com cerâmicas impressas, no Alentejo interior, apresenta assimetrias cuja importância para a compreensão das diferentes modalidades observadas no megalitismo funerário, talvez seja mais relevante do que habitualmente se julga.

É certo que os dados de Manuel Heleno, só por si, não seriam suficientes para caracterizar, neste aspecto, a área de estudo; no entanto, as prospecções que eu própria efectuei, nesta área e na área de Pavia (Rocha, 1999), a par dos trabalhos de outros autores, em contextos geograficamente próximos, parecem implicar, no mínimo, uma intensidade muito menor, em comparação com a que tem vindo a ser identificada nas áreas de Évora e Reguengos de Monsaraz.

Essa ausência virtual que, como referi, é característica dos terrenos xistosos do interior, afecta igualmente as áreas graníticas do distrito de Portalegre (e da Beira Baixa), em contraste notório com o que se passa um pouco mais a Sul.

Na verdade, numa escala micro-regional, parece claro que existe alguma exclusão entre as áreas ricas em povoamento do Neolítico antigo (e menires) e as áreas com maiores concentrações de antas e sepulturas megalíticas (Calado, 2004b: 154).

Mesmo que, segundo creio, esta ausência seja menos absoluta do que actualmente parece, é provável que o desenvolvimento da investigação regional venha a alterar apenas ligeiramente este vazio. Por outro lado, se considerarmos a equação Neolítico antigo=menires, as expectativas mantêm-se igualmente muito baixas.

Os espólios reforçam, também eles, as especificidades regionais da área de estudo, embora num quadro de abertura extra-regional, muito distinto daquele que era proposto por Manuel Heleno. As pontas de seta são, segundo creio, um dos elementos

diferenciadores, em relação a áreas mais a Norte ou mais a Sul mas que, ao mesmo tempo, denunciam evidentes contactos inter-regionais.

A presença muito significativa de placas de xisto e báculos – em contraste com as escassas ocorrências, fora do Alentejo Central – permite, por outro lado, considerar esta área como muito próxima da área nuclear de produção desses artefactos.

Já quanto à presença de placas de grés, ausentes nas áreas megalíticas mais a Sul, apesar dos raros exemplares registados, tudo indica que estamos em presença de um centro produtor e de uma área de distribuição alternativos, num círculo aparentemente mais restrito, cujo foco ainda não foi possível localizar.

Também os escassos espólios domésticos, com pratos de bordo espessado e pesos de tear, por exemplo, se enquadram, sem atritos, nos contextos calcolíticos do Sul peninsular.

A par do leque de traços específicos atrás comentado, os dados em análise oferecem igualmente outras características mais gerais, que se me afiguram indispensáveis para a construção de uma visão de conjunto sobre o megalitismo funerário no ocidente peninsular.

Em primeiro lugar, os micrólitos geométricos.

Estes artefactos ocorrem, como referi, em toda a fachada atlântica peninsular, em contextos megalíticos dos mais diversos, desde as pequenas sepulturas fechadas sob *tumulus*, até aos *tholoi* e às grutas artificiais.

A origem mesolítica, ainda que remota, destas indústrias não pode, naturalmente, ser questionada; na verdade, a generalidade dos autores reconheceu uma maior presença de micrólitos nos monumentos que, nas diversas áreas, correspondem às respectivas fases iniciais ou, no caso dos monumentos mais evoluídos, nos respectivos níveis inferiores (Kalb, 1981; Jorge, 1985: 389; Rodriguez-Casal, 1988; Cruz, 1992: 74; Silva, 1999: 528-529). Segundo Manuel Heleno, na anta A do Paço, foram recolhidos micrólitos no alvéolo de um dos esteios; esta observação estratigráfica, permite eventualmente interpretar a deposição destes artefactos, num monumento complexo, como parte do respectivo ritual de fundação, anterior portanto ao início das eventuais deposições primárias.

Em termos de variabilidade interna, nos geométricos “megalíticos”, em geral, predominam os trapézios e, dentro destes, os assimétricos, seguidos dos crescentes, enquanto os triângulos estão, em quase todos os casos, pouco representados (Leisner,

1951: 54-58; Leisner, 1959: Tafel 45, 46, 48; Jorge, 1985: 389; Cruz, 1992: 74; Oliveira, 1998b: 531; Blas Cortina, 2000: Fig. 1, Fig. 3; Senna-Martinez e Ventura, 2000: 384, Est. VII; Silva, 1999: 525-527); em suma, apesar de uma relação genética indiscutível, verificam-se algumas diferenças face aos espólios mesolíticos e, em particular, como se viu, em relação à Moita do Sebastião, um dos concheiros com datas mais antigas.

Porém, é a extraordinária sobrevivência dos geométricos, ao longo de toda a sequência megalítica, que tem, naturalmente, causado as maiores perplexidades. Neste aspecto, as explicações têm-se normalmente refugiado em conceitos relativamente vagos – sobrevivências e arcaísmos –, em relação aos quais não existem confirmações independentes, ou até em tentativas de negação das óbvias relações de contemporaneidade (Andrés Rupérez, 2000: 262).

Tal como o grupo anterior, também as cerâmicas lisas são uma norma, quase sem exceções, no contexto dos rituais megalíticos do ocidente peninsular.

Esta característica conjuga-se, aliás, com as cronologias mais altas de que dispomos, que apontam para esse “buraco negro” que, convencionalmente, designamos como Neolítico médio.

Não deixa, no entanto, de surpreender a ocorrência, num caso ou noutro, e quase sempre em monumentos evoluídos, de cerâmicas decoradas que, pelo menos tipologicamente, são atribuíveis ao Neolítico antigo, repetindo, embora em muito menor escala, a “sobrevivência” dos geométricos.

Note-se que este tipo de cerâmica aparece geralmente muito fragmentada, a par de cerâmicas lisas inteiras (Leisner e Leisner, 1951: 105, Est. XXX; 1959: Tafel 3, nº2; Tafel 14, nº1; Tafel 20, nº 2, 25).

10.2. Arquitecturas *versus* espólios: um modelo interpretativo

A citação em epígrafe, no início deste capítulo, remete para a história complexa de alguns grandes monumentos funerários, quer por terem tido uso continuado, durante períodos mais ou menos longos, quer por terem sido reutilizados. Num caso ou noutro que, em termos arqueológicos, se podem perfeitamente confundir, uma parte dos espólios é, naturalmente, muito mais recente do que os monumentos em si.

Este problema agrava-se, nos terrenos ácidos, pois, como sabemos, são os ossos mais recentes os que têm maiores probabilidades de sobreviver, já que a própria dissolução do material mais antigo tende a baixar a acidez do solo.

Por outro lado, os novos enterramentos perturbaram, muitas vezes, as deposições mais antigas, removendo ossadas e oferendas das respectivas posições originais e exigindo, aos arqueólogos, cuidados de observação estratigráfica redobrados (Gonçalves, 1992: 164).

Na verdade, no Alentejo Central, o uso prolongado dos mesmos monumentos parece, naturalmente, aplicar-se apenas às antas; quanto às pequenas sepulturas megalíticas, onde esse tipo de uso não faria muito sentido, temos, em contrapartida, indicadores claros de que foram objecto de reutilizações, em épocas muito avançadas da história do megalitismo regional (campaniforme e Bronze), ou mesmo em épocas muito posteriores.

Essas reutilizações assumiram, na região, formas distintas; no entanto, parece ter sido dada, em época campaniforme, preferência às pequenas sepulturas, eventualmente por serem aquelas que, arquitetonicamente, se aproximavam mais das cistas, numa altura em que estas começavam a constituir o tipo de enterramento mais padronizado; nas antas, para além dos enterramentos nos corredores, temos alguns exemplares curiosos, em que o esteio de cabeceira foi retirado e anexada, no exterior, uma sepultura cistóide. (Rocha, escavação inédita), como aconteceu também, pelo que parece, no Lousal (Ferreira e Cavaco, 1955-57).

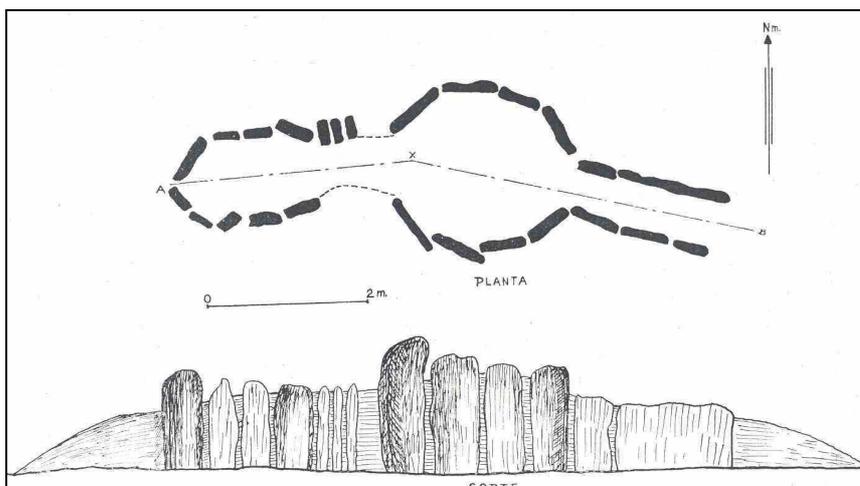


Fig.10.2.Sepultura anexa à anta do Lousal (seg. Ferreira e Cavaco, 1955-57)

A presença extemporânea de artefactos campaniformes, nem sempre muito bem contextualizados, é, como a própria parafernália artefactual que caracteriza este período, recorrente noutras áreas europeias (Salanova, 2003).

De acordo com os *Cadernos* de Manuel Heleno, na anta 2 do Batepé foi recolhida uma ponta metálica, de tipo Palmela, a uma profundidade nitidamente inferior ao resto do espólio, parecendo, por isso, uma indiscutível reutilização, embora o escavador não avance tal interpretação.

No Alentejo Central, as reutilizações das antas de corredor, com intrusão de artefactos metálicos são como se viu, muito limitadas; em Reguengos, registaram-se apenas três casos: a Anta da Herdade do Duque, a Anta 2 do Poço da Gateira e a Anta 2 do Olival da Pega (Gonçalves, 1992: 107). Das escavações de Heleno, destacam-se os enterramentos do corredor da anta de Nossa Senhora da Conceição, em Estremoz, com materiais campaniformes associados, conforme me foi possível confirmar nos depósitos do MNA; como se sabe, os Leisner tornaram muito conhecido o caso da anta das Casas do Canal, publicada, mas não escavada, por Manuel Heleno, onde, no corredor foi identificado um depósito de peças campaniformes, presumivelmente associado a um enterramento (Leisner e Leisner, 1955).

No entanto, está por fazer uma triagem tipológica das cerâmicas depositadas em muitas antas, onde, à primeira vista, parecem surgir ocorrências da Idade do Bronze, fenómeno que algumas datas parecem atestar (Oliveira, 1997).

É claro que a simples variabilidade arquitectónica pode ser explicada, dentro de cada tipo genérico de monumentos, por factores muito diversos, nomeadamente constrangimentos de matéria-prima, mão de obra disponível ou, simplesmente, aspectos derivados do agenciamento humano, nomeadamente “habilidade, exigências ou rigor bem diferentes” (Gonçalves, 1992: 124), por parte dos construtores. O facto de, normalmente, serem utilizados na construção dos monumentos, blocos não trabalhados (Gonçalves e Sousa, 2003: 207; Scarre, 2004), tende a aumentar, só por si, a diferenciação morfológica.

No conjunto em análise, a ausência de placas de xisto e pontas de seta das sepulturas megalíticas de granito, sugere que as reutilizações não foram uma prática corrente antes da época campaniforme.

Importa sublinhar que, para além das inumações repetidas e das reutilizações, houve, segundo creio, outros fenómenos que perturbaram, em diversos níveis, as contemporaneidades aparentes entre conteúdos e continentes.

Um deles, relaciona-se, basicamente, com a eventual construção simultânea de monumentos de diferentes tipos e tem, frequentemente, sido invocado como modelo genérico para resolver discrepâncias entre espólios (ou datações) e arquitecturas.

Levado ao extremo, o conceito de polimorfismo poderia, certamente, inviabilizar qualquer tentativa de ordenamento tipológico sequencial das construções megalíticas, contrariando inúmeras observações gerais que, pelo contrário, apontam no sentido da existência de “fórmulas pré-estabelecidas” (Gonçalves e Sousa, 2003: 207).

Na verdade, penso que, com os dados actuais, podemos admitir uma evolução – que não tem que ser linear – das sepulturas simples, fechadas e individuais, até aos monumentos colectivos, de acesso continuado, num processo que implicaria, certamente, uma alteração significativa nos rituais funerários.

Por outro lado, um certo polimorfismo seria, sobretudo, a consequência de alguma inércia perante a inovação, assumida em ritmos diferenciados: por exemplo, na época em que foram feitas as primeiras antas de corredor, teriam, por hipótese, continuado, durante algum tempo, a ser construídas as derradeiras sepulturas megalíticas.

Trata-se, em última análise, de um polimorfismo evolutivo, sendo claro que não podemos, hoje, conceber a evolução das arquitecturas megalíticas regionais como um processo independente, em circuito fechado, como, de uma forma mais ou menos assumida, pensava Manuel Heleno: não restam dúvidas que a passagem das arquitecturas simples para as arquitecturas complexas ocorreu num quadro geográfico muito amplo (Bradley, 1997: 25; Cooney, 2000: 16; Boujot et Cassen, 1998; Joussaume, 1999; Sauzade, 1999: 132, 133; Tarrús, 1999: 112), genericamente associável à fachada atlântica europeia, mas não só, e as diversas formas e ritmos locais são, a meu ver, indissociáveis desse quadro geral.

Na minha opinião, nenhum destes fenómenos – o uso reiterado, a reutilização ou o polimorfismo – permitem explicar todas as anomalias na relação entre arquitecturas e espólios. Convém, segundo penso, considerar igualmente a possibilidade de uma prática

sistemática de transladação de restos mortais e artefactos, de monumentos mais antigos para os novos monumentos que iam sendo construídos.

Esta prática que, provavelmente, tem sido muitas vezes confundida com a do enterramento secundário a partir de uma sepultura provisória – sempre que as ossadas estão incompletas e desarticuladas – explicaria, desde logo, um fenómeno que afecta um número considerável de monumentos, sobretudo dos mais antigos: o respectivo esvaziamento total ou a escassez exagerada de artefactos (Gonçalves, 2002a: 104).

Também alguns monumentos de dimensões apreciáveis aparecem, quando escavados, praticamente desprovidos de espólio, como ocorreu, recentemente, na Anta 2 do Olival da Pega (OP2): neste caso concreto, seria de esperar a transladação dos conteúdos para o primeiro *tholos* que lhe foi anexado (OP2b).

Os geométricos ou as cerâmicas impressas, sobretudo quando ocorrem em contextos demasiado tardios – nomeadamente nos *tholoi* ou nos monumentos de Huelva – seriam provenientes da desactivação de necrópoles mais antigas e da utilização dos respectivos conteúdos, nos rituais de fundação dos novos monumentos.

É, eventualmente, num sentido semelhante, que podemos interpretar a afirmação de que “nas Ilhas Britânicas, existem boas bases empíricas para defender que os ossos de certos indivíduos circulavam entre sepulturas e comunidades” (Chapman, 1995: 30).

A transladação não se aplicou certamente a todos os monumentos, fenómeno que se poderia, eventualmente, explicar por qualquer tipo de ruptura linhagística: os inumados em alguns monumentos não teriam, de algum modo, deixado descendentes.

Em contrapartida, é perfeitamente aceitável, num quadro explicativo deste tipo, que, noutros casos, vários grupos tenham reivindicado os restos mortais dos seus ancestrais e que estes tenham sido repartidos por mais do que um monumento.

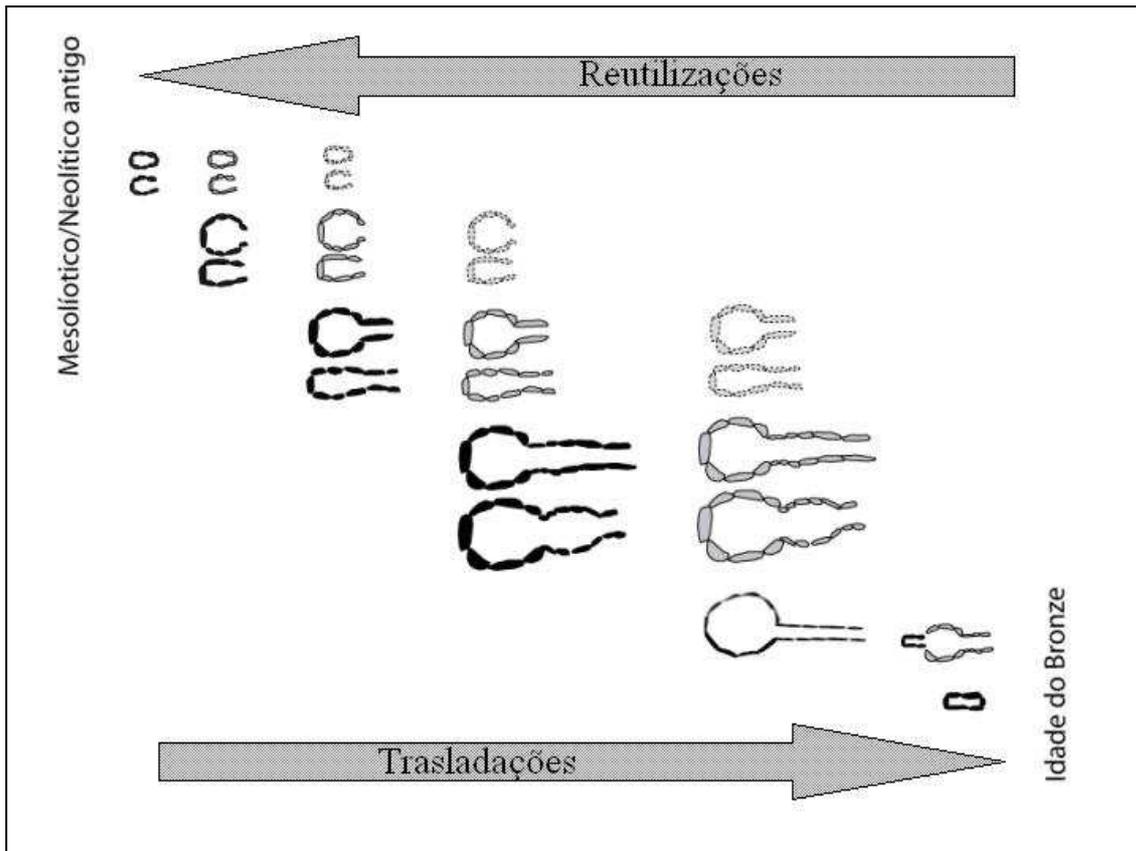


Fig. 10.3. Modelo gráfico para a relação entre arquiteturas e espólios.

A consequência mais significativa deste modelo é que, se aceitarmos a prática das transladações, estamos certamente perante um substrato demográfico e cultural inalterado, desde, pelo menos, a construção dos monumentos mais antigos, até à construção dos *tholoi*; este indigenismo que, certamente, agradaria a Manuel Heleno, não implica, antes pelo contrário, evolução interna independente.

A construção de vastas redes de interacção, à escala europeia, e as analogias que daí resultaram, são elementos indispensáveis numa avaliação actual dos megalitismos.

O desenvolvimento da arquitectura megalítica funerária, no quadro de uma franca expansão demográfica e económica, são elementos fundamentais a ter em conta, tanto mais que é a partir desta época – o tal Neolítico médio – que praticamente deixa de haver territórios devolutos, criando-se, deste modo, um espaço contínuo de trocas de ideias e produtos a que, como acima comentei, esta área não ficou alheia.

Sem as peias dos anacronismos nacionalistas, nem os antolhos anti-historicistas da arqueologia processual, abrem-se hoje caminhos de análise diversos, em que importa

identificar aquilo que, no megalitismo, são traços efectivamente comuns ou interligados, e os aspectos que caracterizam, em diversos níveis, as histórias locais.